

**VIII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Luanda, 23 de Julho de 2010**

DECLARAÇÃO DE LUANDA

1. Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Vice Primeiro-Ministro de Timor-Leste, reuniram-se na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Luanda, no dia 23 de Julho de 2010.
2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.
3. Tomaram nota, com satisfação, das medidas adoptadas e das acções desenvolvidas desde a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008, para a afirmação da Comunidade e concretização dos seus objectivos, traduzindo o prestígio crescente da Organização. Congratularam-se, também, com o desenvolvimento impressionante das relações entre os Estados membros, traduzido em crescente cooperação económica, técnico-científica, cultural, comercial, circulação de pessoas e em investimentos cruzados que vêm contribuindo para o estreitamento das relações no espaço CPLP, para o crescimento económico dos seus países e desenvolvimento social dos seus povos.
4. Aprovaram uma Declaração sobre o tema da Conferência, “A Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP”, tendo realçado, no âmbito da diversidade cultural e de desenvolvimento social e económico da Comunidade, a importância da solidariedade na concertação político-diplomática, na ajuda ao desenvolvimento e na promoção e difusão da Língua Portuguesa - factor de união dos oito Estados membros da Organização.

5. Reafirmaram a plena validade do seu compromisso histórico, consagrado na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Justiça Social e, neste sentido, congratularam-se com os avanços concretos registados, em todo o espaço da CPLP, no que tange estes direitos fundamentais.
6. No âmbito da concertação política e diplomática, realçaram:
 - i) A necessidade da CPLP consolidar a sua projecção internacional, através do reforço da actuação conjunta, tendo em vista a promoção da mundialização da língua portuguesa e designadamente a sua introdução em Organismos Internacionais, bem como a sua utilização efectiva naqueles Organismos em que o português já é língua oficial ou de trabalho, a fim de se implementar o Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa, recomendado pela VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, realizada no dia 31 de Março passado, em Brasília.

A importância, também nesse contexto, de se reforçarem as relações com a ONU e as suas Agências especializadas, estabelecendo parcerias com as Organizações Regionais e Sub-Regionais em que se inserem os seus Estados membros. Destacaram, como passos de importância especial, a celebração, tão cedo quanto possível, de Memoranda de Entendimento com a União Africana (UA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Oriental (CEDEAO);

- ii) O papel crucial dos Grupos CPLP na estruturação das actividades da CPLP, em matérias de interesse comum, designadamente na implementação da Declaração de Brasília sobre a Língua Portuguesa, na concertação político - diplomática entre os seus membros e no reforço do prestígio da CPLP junto das Organizações e Países em que os Grupos tenham sido estabelecidos.

Neste sentido, encorajaram os Grupos CPLP a darem cumprimento ao estipulado na resolução adoptada pela X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em Luanda, em Julho de 2005;

- iii) O acompanhamento regular da situação interna nos Estados membros merecendo, especial atenção, em particular, o caso da Guiné-Bissau.

Neste sentido, manifestaram a sua solidariedade com o povo guineense, bem como com as autoridades legítimas da República da Guiné-Bissau, designadamente com S. Ex.^a o Presidente Malam Bacai Sanha e com S. Ex.^a o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e com todos aqueles que pugnam pela construção de um verdadeiro Estado de Direito Democrático e pelo desenvolvimento económico e social.

Recordaram que os acontecimentos do 1º de Abril constituíram um grave atentado à ordem constitucional e que de imediato foram objecto de uma condenação firme por parte da CPLP, instando as autoridades competentes a resolver a situação dos detidos na sequência daqueles acontecimentos. Reiteraram a necessidade de respeito pelo princípio da submissão do poder militar ao poder político.

Reafirmaram que a consolidação de um clima de estabilidade e de segurança no País é factor fundamental para a continuidade do diálogo com os parceiros internacionais relevantes.

Acentuam ainda a necessidade de um firme combate ao narcotráfico, também causa da instabilidade que afecta o País, e manifestam o apoio ao correspondente programa nacional de luta contra aquele tráfico.

Reafirmaram o apoio da CPLP às autoridades da Guiné-Bissau no diálogo político com os seus parceiros internacionais, dado o seu empenho em prosseguir a reforma no Sector da Defesa e Segurança e os programas e projectos inscritos no âmbito da estratégia nacional de redução da pobreza e os que a Comunidade Internacional (Nações Unidas, União Europeia, Instituições Financeiras Internacionais, Organizações regionais e países doadores) vem aprovando e desenvolvendo, com vista ao reforço da estabilidade política, da capacidade institucional do Estado e do desenvolvimento socioeconómico.

Neste sentido, consideraram crucial a participação da CPLP nas actividades da Comunidade internacional, passando pelo reforço da actuação do Grupo de Contacto (GICGB) em Bissau e em Nova Iorque, em estreita coordenação com a CEDEAO, com a Comissão de Consolidação da Paz e o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau.

- iv) Os desenvolvimentos positivos, conseguidos nos últimos dois anos, na estabilização política e social de Timor-Leste.

Tendo em conta a especificidade do desenvolvimento histórico em Timor-Leste, da sua situação geográfica e da sua integração na CPLP, reiteraram a necessidade de esforços específicos de aproximação da CPLP a Timor-Leste e reafirmaram a deliberação de estabelecer uma Representação Permanente em Díli, cujo mandato deverá ser reformulado de forma a conter, como elemento central, uma forte componente cultural e de apoio à reintrodução da Língua Portuguesa, para além da componente política inscrita no actual mandato;

- v) A realização de eleições regulares e a legitimidade democrática que daí decorre, como elemento essencial para assegurar quer a estabilidade política e social nos seus países, quer a consolidação de instituições democráticas e representativas e o estabelecimento efectivo de Estados de direito. Neste sentido, congratularam-se com a realização das Missões de Observação Eleitoral da CPLP e com a contribuição que estas Missões vêm dando à credibilização internacional dos processos eleitorais nos Estados membros.

Saudaram igualmente, o papel da CPLP e dos seus Estados membros na observação eleitoral das eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau; das eleições legislativas em Angola e das eleições gerais em Moçambique;

- vi) A necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo diante das novas realidades mundiais. Recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé (2004), da Declaração de Bissau (2006) e da Declaração de Lisboa (2008), reiteraram o seu apoio a que o Brasil integre o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente.

Reafirmaram, ainda no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a disposição constante no Plano de Acção para o Futuro da CPLP, adoptado em Coimbra, em Julho de 2003, no sentido de que os

Estados membros tenham maior participação naquele Conselho, reiterando o apoio da Comunidade à candidatura de Portugal para o mandato de 2011-2012;

- vii) Afirmaram o seu empenho na continuação das negociações internacionais de clima, assim como na implementação das orientações políticas constantes do Acordo de Copenhaga, e comprometeram-se a desenvolver os melhores esforços para o sucesso das negociações que decorrerão por ocasião da 16ª Conferência dos Estados Parte da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e 6ª Reunião dos Estados Parte ao Protocolo de Quioto, a ter lugar em Cancún, de 29 de Novembro a 10 de Dezembro de 2010;

Incentivaram a utilização de energia produzida com base em fontes renováveis, reduzindo a dependência dos combustíveis de origem fóssil e combatendo as alterações climáticas, potenciando as sinergias que os vários Estados da CPLP podem promover neste domínio, que reveste particular relevo para o desenvolvimento sustentável das gerações futuras.

Assinalaram a importância da protecção e valorização da biodiversidade e reiteraram o seu empenho em que a 10ª Conferência dos Estados partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que decorrerá no Japão, em Nagoya, de 18 a 29 de Outubro de 2010, consiga alcançar todos os objectivos traçados, nomeadamente a adopção de um Protocolo sobre Acessos aos Recursos Genéticos e Partilha de Benefícios derivados da sua Utilização e de um novo plano estratégico para o pós 2010, para o qual se reconhece a necessidade de uma adequada mobilização de recursos;

Recomendaram a formulação de estratégias orientadas para universalizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação / TIC e o desenvolvimento de conteúdos digitais, através, entre outros, de programas de alfabetização digital e tecnológica, para garantir a apropriação social do conhecimento e a utilização e aplicação das TIC nas escolas, servindo também como veículo de promoção e internacionalização da língua portuguesa em suportes pedagógicos modernos.

- viii) A apresentação de novas candidaturas a Observadores Associados da CPLP, considerando que a aproximação de países de fora do espaço da Língua Portuguesa à Comunidade não só a prestigia, como a projecta política e economicamente.

Consideraram, assim, que o Regulamento dos Observadores Associados da CPLP, agora aprovado, propicia um enquadramento, mais claro, destes na Comunidade, ao estabelecer as condições de concessão e manutenção da categoria de Observador Associado e o seu relacionamento com a Organização, reflectido na apresentação designadamente de um Plano de Acção, de carácter sustentável e constante no contexto particular da promoção e difusão da Língua Portuguesa e a concretizar por instrumento específico junto das instâncias competentes da CPLP;

Tomaram nota das candidaturas à categoria de Observador Associado apresentadas por Marrocos, Ucrânia e Suazilândia que serão apreciadas à luz do novo Regulamento.

- ix) Tendo em consideração o pedido formal da Guiné Equatorial de obtenção do estatuto de membro de pleno direito da CPLP, decidiram abrir negociações relativas ao processo de adesão conforme às normas estatutárias da CPLP;

Nesse sentido, mandataram a Presidência em exercício e o Secretariado Executivo da CPLP para elaborar um Programa de apoio às reformas a concretizar pela Guiné Equatorial para dar pleno cumprimento às disposições estatutárias da CPLP, particularmente no que respeita à adopção e utilização efectiva da Língua Portuguesa;

Convidam a Presidência em exercício a elaborar um relatório de avaliação dos progressos realizados pela Guiné Equatorial, que será apreciado na próxima Reunião Ministerial e submetido aos Chefes de Estado.

- x) O interesse em desenvolver esforços de aproximação à Ilha Maurício e ao Senegal, nomeadamente no âmbito da difusão e ensino da Língua Portuguesa, ajudando, simultaneamente, a dar resposta aos anseios destes Observadores Associados no cumprimento de um dos objectivos primordiais da CPLP;

- xi) A realização da II sessão da Assembleia Parlamentar, em Lisboa, que entre outras, recomendou o reforço da cooperação no âmbito da protecção dos direitos dos cidadãos lusófonos e a promoção da língua portuguesa em todos os Estados membros, para potenciar a sua internacionalização e efectiva utilização nas Organizações internacionais, particularmente no sistema das Nações Unidas.

Congratularam-se com a realização desta II Sessão da Assembleia Parlamentar, encorajando os Parlamentos dos Estados membros a desenvolver esforços para a consolidação deste órgão comunitário, que em muito contribuirá para reforçar a representatividade da CPLP, dando maior visibilidade e prestígio à Comunidade.

Saudaram, igualmente, a realização das Jornadas Parlamentares da Rede das Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP, em S. Tomé, a 15 e 16 de Junho passado, que decorreram sob o lema «Mulheres da CPLP por um Mundo Melhor»;

- xii) A realização do III Fórum da Aliança das Civilizações (AdC), no Rio de Janeiro, a 28 e 29 de Maio de 2010, sob o lema *Aliança das Civilizações: a diversidade cultural como caminho para a paz*, e saudaram o Brasil e o Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança, Presidente Jorge Sampaio, pela iniciativa de propagar a AdC no mundo lusófono.

Congratularam-se, assim, com facto deste III Fórum da AdC, que contou com o português como língua oficial e de trabalho, ter constituído uma oportunidade para reforçar a visibilidade da CPLP na cena internacional, assente numa Comunidade de oito Estados que, espalhados por todos os continentes, estão unidos pela diversidade e pela língua portuguesa que os projecta como Comunidade unida;

- xiii) O endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas: de Portugal ao Conselho de Segurança, para o biénio 2011-2012; do Brasil, para o cargo de Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em eleição a realizar-se em Julho de 2011; de Moçambique para o cargo de Director do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), para o mandato 2011-2014, com a candidatura do Dr. Francisco Ferreira Songane; e ainda

de Moçambique para o cargo de Sub-Secretária Geral das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher, com a candidatura da Dra. Alcinda António de Abreu, exceptuando os compromissos regionais assumidos pelo Brasil;

Saudaram a eleição da Dra. Maria Helena Lopes de Jesus Pires, de Timor-Leste, para o cargo de membro do Comité da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comité CEDAW).

7. Congratularam-se com a prossecução da reestruturação no Secretariado Executivo da CPLP, no sentido de reforçar a sua capacidade técnica, necessária para uma adequada articulação entre a Presidência do Conselho de Ministros e os demais órgãos da CPLP.

8. No âmbito da cooperação para o desenvolvimento, destacaram:

i) Que esta se reveste da maior importância no desenvolvimento sustentado dos Estados membros, na consolidação da Comunidade e na sua projecção enquanto Organização internacional, e, nessa perspectiva, solicitaram aos Pontos Focais de Cooperação o incremento de metodologias e procedimentos que promovam a apropriação pelos beneficiários, a eficácia, a coordenação e harmonização das acções de cooperação a desenvolver, com base no documento orientador da estratégia de cooperação da Comunidade - “Cooperação na CPLP - Uma Visão Estratégica de Cooperação pós Bissau”;

ii) A aprovação pela XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP do documento orientador da estratégia, que será o principal instrumento da cooperação multilateral no espaço da CPLP.

Recomendaram que a implementação da estratégia da cooperação comunitária esteja centrada no fortalecimento institucional dos Estados membros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos providos pelas cooperações sejam realmente efectivadas;

iii) A realização das XVIII, XIX, XX, XXI Reuniões de Pontos Focais da Cooperação (RPFC) que permitiram a identificação e o acompanhamento

de projectos multilaterais, visando a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza;

- iv) Que, no processo de elaboração do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) 2010 - 2012, os Estados membros assumam a responsabilidade de propor novos caminhos para a cooperação comunitária, nos quais os princípios de solidariedade e de atendimento às reais necessidades dos países se constituam na principal referência para a mobilização de recursos físicos, humanos e tecnológicos em escala global, bem como sejam aderentes a políticas de longo prazo concebidas a partir das necessidades específicas de suas respectivas sociedades;
- v) O exercício em curso de revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP, instrumento de vital importância para a operacionalização da nova visão estratégica de cooperação da CPLP;
- vi) Os progressos verificados na abordagem das áreas de cooperação em Saúde e em Ambiente, encorajando os esforços desenvolvidos pelo Secretariado Executivo em áreas como o Trabalho e Protecção Social, Igualdade de Género, Juventude e Desportos e Migrações para o Desenvolvimento.

Congratularam-se com a realização da Primeira Reunião de Formação dos Pontos Focais de Protecção Social dos Estados membros da CPLP para o CIPS, realizada entre 8 e 11 de Fevereiro de 2010, actividade que resulta da implementação da parceria entre Secretariado Executivo da CPLP, do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa e do Projecto BIT/STEP Portugal, celebrada por um Protocolo de Colaboração que levou à criação da plataforma interactiva Centro de Informação em Protecção Social (CIPS) na CPLP.

Instaram os Estados membros a adoptar estratégias e programas operacionais de combate às piores formas de exploração do trabalho infantil e a combater as desigualdades sociais e a reforçar o sistema público de segurança social, de modo a garantir a protecção na velhice, invalidez, doença ou desemprego; e a melhorar a eficiência da protecção social.

Reconheceram os progressos recentemente obtidos no domínio da Igualdade de Género da CPLP, designadamente a introdução da

intersectorialidade e transversalidade do tema e a vantagem que existe em associar esta dimensão a outras actividades, políticas, estratégias, projectos e programas da organização.

Congratularam-se com a aprovação de um Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, em sede própria.

Encorajaram o Secretariado Executivo da CPLP a estabelecer Memorandos de Entendimento com a UNIFEM, com o FNUAP e outros organismos que trabalhem nas áreas da Igualdade de Género.

Instaram o Secretariado Executivo a prosseguir o acompanhamento das acções de cooperação em Juventude e Desportos, incentivando a realização dos VII Jogos Desportivos da CPLP, que terão lugar em Maputo entre 29 de Julho e 7 de Agosto de 2010 e estimulando o desenvolvimento de diversas modalidades de cooperação desportiva no âmbito da CPLP.

Registaram com apreço a intenção do Fórum da Juventude da CPLP em formular um documento estratégico da cooperação para área da Juventude, o qual deverá ser formalmente adoptado na Conferência de Ministros da Juventude e Desporto a decorrer em Maputo a 27 de Julho de 2010. Este Plano constituirá um marco para o aprofundamento das relações entre os Conselhos Nacionais da Juventude da CPLP e para a formulação de políticas transversais de cooperação, neste âmbito.

Incentivaram o Secretariado Executivo a prosseguir esforços junto da Organização Internacional das Migrações, no sentido de identificar e dinamizar parcerias e cooperação para o desenvolvimento de acções estruturantes no quadro das Migrações para o Desenvolvimento;

- vii) A apresentação de um Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste, que dá cumprimento às decisões emanadas do XII Conselho de Ministros da CPLP;
- viii) A aprovação pela Comissão Europeia do processo “Auditoria dos 4 pilares”, no seguimento da assinatura do Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia;

- ix) O excelente nível de execução técnica e operacional do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP), instrumento que, apostando na cooperação multilateral, vem adquirindo um carácter abrangente e integrador de sinergias fortalecendo os sistemas nacionais de saúde dos Estados membros da CPLP.

Neste contexto, consideraram fundamental a sua operacionalização e recordaram que o investimento na Saúde é, acima de tudo, um investimento na promoção do desenvolvimento humano e uma importante contribuição para a retoma e dinamização da economia.

Congratularam-se com as contribuições financeiras de Brasil, Cabo Verde, Portugal e Timor-Leste para o Fundo Sectorial da Saúde e os recursos financeiros disponibilizados por outros parceiros multilaterais como a Comissão Europeia e o Banco Mundial.

Registaram com satisfação a operacionalização do Centro de Formação Médica Especializada nos Países de Língua Portuguesa (CFME), bem como a constituição da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP Malária (RIDESMAL) e da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP em IST, VIH e SIDA (RIDES IST SIDA CPLP).

Felicitarão a realização e as conclusões do III Congresso da CPLP sobre VIH/ SIDA e Infecções de Transmissão Sexual, em Lisboa, de 16 a 19 de Março de 2010, que formalizou a RIDES IST SIDA CPLP;

- x) A avaliação positiva e os resultados alcançados no quadro do projecto entre a CPLP e a FAO para a “Formulação de um Programa de Cooperação Sul/Sul e Norte/Sul da CPLP para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação”.

Registaram a aprovação técnica por Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, na II Reunião do Comité de Coordenação, realizada em Maputo, em Abril de 2010, do “Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a Implementação da CNUCD e Gestão Sustentável das Terras”;

- xi) Congratularam-se com a realização das conferências nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente em todos os Estados membros, num

processo que promoveu um amplo debate em torno de questões ambientais e que culminou na realização, em Brasília, em Junho passado, da Conferência Internacional Infanto-juvenil "Vamos Cuidar do Planeta". Reconheceram a importante contribuição dos resultados desse processo, que envolveu 550 escolas e dez mil estudantes dos Estados membros, além de vasta gama de instituições governamentais e da sociedade civil, para o Programa de Educação Ambiental da CPLP;

xii) Congratularam-se com os resultados da Reunião Preparatória do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, que identificou áreas prioritárias de cooperação para o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados membros, a serem exploradas com o apoio da participação social. Neste contexto, comprometeram-se a envidar esforços para que se realize, ainda no corrente ano, o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP.

9. Registaram a criação da Confederação Empresarial da CPLP, a 21 de Março de 2010, em Lisboa, que, integrando as associações empresariais e empresas do espaço da CPLP, se constitui como representante destas e instrumento privilegiado para potenciar e incentivar experiências e oportunidades de negócios entre os países lusófonos, ampliando as possibilidades de trocas e de criação de mais parcerias, com vantagens para todos os países de língua portuguesa.

Reconhecendo a importância dos sectores empresarial e sindical para a consecução dos objectivos da CPLP, registaram, com interesse, a iniciativa conjunta da Confederação Empresarial da CPLP e da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa de propor a criação do Conselho Económico e Social da Comunidade, envolvendo os parceiros sociais, empresariais e sindicais dos Estados membros da CPLP. Colocaram as instâncias relevantes da CPLP à disposição da Confederação Empresarial e da Comunidade Sindical para o exame conjunto da proposta.

10. Tomaram boa nota das decisões das Reuniões Ministeriais Sectoriais, e outras, ocorridas desde a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, em Julho de 2008:

i) Exortaram o Secretariado Executivo da CPLP a dar seguimento às deliberações da II Conferência de Ministros responsáveis pela Juventude e pelo Desporto, em Lisboa, em Março de 2009;

- ii) Regozijaram-se com a aprovação, em Maio de 2009, pela II Reunião dos Ministros da Saúde do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP) e respectivo Fundo Sectorial;
- iii) Registaram, com satisfação, a realização, em Brasília, em Junho de 2009, da IV Reunião de Ministros de Agricultura e Segurança Alimentar, precedida do II Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, reconhecendo o imperativo de que a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural continuem a ser um dos temas prioritários da cooperação no âmbito comunitário e comprometendo-se a envidar esforços a fim de assegurar a realização do III Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável da CPLP, ainda no corrente ano, em Bissau.

Nesse contexto, saudaram a realização, em Brasília, em Maio passado, do "Diálogo Brasil - África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural", reunião para a qual o Secretariado Executivo da CPLP prestou importante apoio e que resultou no anúncio de iniciativas concretas de cooperação com os países do continente africano. Congratularam-se, nesse contexto, pela relevante participação no evento de representantes de todos os PALOP, bem como de Timor-Leste, na qualidade de observador;

- iv) Saudaram a realização da I Reunião dos Ministros das Finanças da CPLP, em 29 de Junho de 2009, como fórum privilegiado para a concretização da cooperação económica e financeira entre os Estados membros, nomeadamente através da promoção e concertação política e técnica em matéria de finanças públicas e sistemas financeiros;
- v) Registaram a realização da Reunião Extraordinária de Ministros responsáveis pelas Políticas de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Agosto de 2009, que decidiu reforçar a cooperação no domínio da avaliação independente de instituições e cursos de ensino superior no espaço da CPLP e o lançamento de um Centro Unesco para a formação avançada em ciências;
- vi) Saudaram as conclusões da X Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Fortaleza, em Fevereiro de 2010, que reforçou deliberações emanadas da IX Reunião dos Ministros do Trabalho de Óbidos, realizada em Março de 2009.

Incitaram os Estados membros da CPLP a concluir e ratificar os instrumentos bilaterais de Direito Internacional em matéria de Segurança Social já negociados; e estimularam os Estados membros a celebrar entre si acordos bilaterais de Segurança Social para alavancar a realização de um Acordo Multilateral de Segurança Social entre os países da Comunidade.

Congratularam-se com a ratificação, por todos os Estados membros da CPLP, da Convenção n.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e o cumprimento das responsabilidades dela decorrente.

Instaram, ainda, os Estados membros que, até à data o não fizeram, a ratificar a Convenção n.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego;

- vii) Congratularam-se com a I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, em Março de 2010, que aprovou a “Estratégia da CPLP para os Oceanos”, que constitui uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respectivas jurisdições nacionais.

Neste âmbito, saudaram a aprovação de iniciativas específicas e de linhas de acção que conduzem à execução da estratégia, como o Atlas dos Oceanos da CPLP e a dinamização da cooperação para desenvolvimento dos respectivos projectos de extensão da plataforma continental bem como da investigação científica e protecção ambiental associada, tendo em conta as necessidades de cada um dos Estados membros, que permitirão partilhar informação e conhecimento sobre o Mar da CPLP e dinamizar unidades de investigação com capacidade para a produção de uma rede de informação e respectivas bases de dados sobre o tema;

- viii) Reiteraram a importância da II Conferência de Ministros responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, em Maio de 2010, que, entre outras decisões, acordou elaborar um Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP) e respectivo Plano de Acção;
- ix) Saudaram a realização da VI Reunião de Ministros de Turismo da CPLP, em Maio passado, em S. Paulo, que acordou intensificar as relações de

cooperação técnica e económica na área do turismo, para um desenvolvimento sustentável, por se tratar de um sector que requer recurso a mão-de-obra intensiva, gerando emprego e rendimentos, assim contribuindo para a redução da pobreza;

- x) Registaram, igualmente, a realização da VII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, em Junho passado, destacando o seu aval às propostas de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a importância atribuída ao Acordo Ortográfico como instrumento essencial para a unidade da Língua Portuguesa e seu reconhecimento internacional.

11. Tomaram nota da realização em Junho de 2010, da IV Reunião entre os Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, fórum privilegiado para a promoção do diálogo com a sociedade civil dos Estados membros, facilitando a sua aproximação à Organização, nomeadamente ao participarem na implementação dos projectos da CPLP.
12. Registaram a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a CPLP e a UNITAR (Instituto das Nações Unidas para a Formação e Pesquisa), em Agosto de 2009, com vista a desenvolver e executar, conjuntamente, projectos de capacitação e formação em matéria de direitos humanos, meio ambiente, administração pública e liderança de jovens recém-formados;

Registaram, igualmente, a assinatura dos Memorandos de Entendimento entre a CPLP e a Organização Mundial de Saúde (OMS) e entre a CPLP e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA), que visam respectivamente robustecer a execução do PECS/CPLP junto dos Estados membros e a capacitação da cooperação em IST, VIH e SIDA;

Tomaram nota, também, da conclusão de um Protocolo de Financiamento entre o Secretariado Executivo da CPLP e o Instituto da Água de Portugal para a realização de acções de cooperação para o desenvolvimento nos países da CPLP nas áreas do ambiente e dos recursos hídricos.

13. No âmbito da promoção e divulgação da Língua Portuguesa e Acção Cultural:
 - i) Saudaram a realização da Conferência Internacional Sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e da VI Reunião Extraordinária de

Ministros da CPLP, que tiveram lugar em Brasília, entre 25 e 31 de Março de 2010, e adoptaram o "Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa".

Instaram, assim, os Estados membros a viabilizar a execução do Plano de Ação de Brasília, coordenando esforços com o IILP, as Comissões Nacionais do Instituto, as entidades da sociedade civil, com vista a implementar estratégias comuns para: a implantação da Língua Portuguesa nas organizações internacionais; a promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa no espaço da CPLP, nas diásporas e como língua estrangeira; a aplicação do Acordo Ortográfico; e a difusão pública da Língua Portuguesa nos diferentes meios de comunicação social;

- ii) Congratulam-se com a proposta de Portugal de realizar, em 2012, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial;
- iii) Tomaram nota da realização da Reunião Extraordinária do Conselho Científico do IILP, ocorrida em Lisboa, de 25 a 27 de Maio de 2009; da IV e V Reunião Ordinária do Conselho Científico, ocorridas na Cidade da Praia, respectivamente, de 7 a 10 de Julho de 2009, e de 12 a 14 de Julho de 2010;

Congratularam-se com a recomendação de atribuir, no próximo biênio, a Direcção Executiva do IILP ao Brasil na pessoa do Professor Gilvan Müller de Oliveira, bem com a escolha de Cabo Verde para a Presidência do Conselho Científico do IILP na pessoa da Dra. Maria Helena Sousa Lobo.

- iv) Aprovaram os novos Estatutos e Regimento interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e, tratando-se de instrumentos essenciais para a conclusão do processo de refundação daquele Instituto, instaram os Estados membros a cumprir, tão breve quanto possível, as formalidades constitucionais para a sua ratificação;
- v) Congratularam-se com a celebração, pela primeira vez, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP em 5 de Maio último, após a sua instituição por Resolução do Conselho de Ministros, reunido na Cidade da Praia, em 20 de Julho de 2009;
- vi) Saudaram a realização da II e III Edição da Semana Cultural da CPLP, apoiada pelo Secretariado Executivo e pelas Missões Diplomáticas dos

Estados membros acreditadas em Lisboa, que visou aproximar a CPLP da sociedade civil, com várias actividades culturais, desde mostras de artes plásticas e fotografia, jornadas de música e dança a colóquios sobre a CPLP e a Lusofonia.

- vii) Congratularam-se, igualmente, com o lançamento do Programa CPLP nas Escolas, lançado durante a III Semana Cultural da CPLP, no qual foram visitadas diversas escolas no Distrito de Lisboa, onde foram criados Clubes CPLP, que visam permitir a interacção entre crianças dos diferentes Estados membros e o ensejo de aproximar e dar a conhecer a CPLP aos mais jovens.

Instaram, assim, o Secretariado Executivo a prosseguir esforços para a implementação deste programa e para que o alargue a outros Estados membros;

14. Tomaram nota da adopção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções:

- i) O Regulamento dos Observadores Associados;
- ii) A Revisão do Manual das Missões de Observação Eleitoral da CPLP;
- iii) A Alteração dos Estatutos da CPLP e o Funcionamento Provisório do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);
- iv) A Nomeação de Embaixador de Boa Vontade;
- v) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
- vi) O Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP;
- vii) A Realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP;
- viii) A Aprovação dos Estatutos e Regimento Interno do IILP;
- ix) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2010;
- x) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2010;
- xi) O Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2009.

15. Tomaram nota da adopção, pelo Conselho de Ministros, da seguinte Declaração:

- i) Declaração de Apeço à Directora Executiva do IILP, Professora Doutora Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas;

16. Aprovaram as seguintes Declarações:

- i) Declaração sobre “A Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP”;
- ii) Declaração de Apeço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio da Silva;
- iii) Declaração de Homenagem à Poetisa Alda Espírito Santo;
- iv) Declaração de Homenagem ao Presidente da Assembleia Parlamentar Dr. Francisco Silva;
- v) Declaração de Homenagem ao Escritor e Prémio Nobel José Saramago;
- vi) Declaração de Homenagem ao Presidente João Bernardo Vieira.

17. Congratularam-se com a entrada em vigor da Constituição de Angola, que assinala uma nova etapa na vida política, social e económica no país, consagrando o respeito pelos princípios e valores fundamentais de um Estado Democrático e de Direito.

Saudaram os passos significativos de reconstrução nacional e o compromisso do Governo de Angola no combate à pobreza, à construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e ao desenvolvimento humano.

18. Acolheram, com satisfação, a disponibilidade da República de Moçambique para acolher a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para o ano de 2012.

19. Congratularam as autoridades angolanas pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Luanda, a 23 de Julho de 2010

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste